CPDOC 20 ANOS

No momento das comemorações dos vinte anos do CPDOC, queremos traçar aqui, mesmo que de forma sumária, a sua trajetória, que em muitos aspectos se confunde com a da pesquisa histórica no Brasil.

Um aspecto que de imediato deve ser assinalado é o fato de uma instituição de pesquisa na área de história e ciências sociais estar completando vinte anos de atividades, a despeito de todas as crises políticas e econômicas do país, com o mesmo padrão de trabalho e o mesmo entusiasmo de seus primeiros dias.

Se quisermos entender a conjuntura na qual se deu a criação do CPDOC, devemos voltar à década de 1960, quando a situação da pesquisa histórica no Brasil era bem diferente da de hoje. Naquela época os estudos sobre o Brasil, não só na área de história, mas das ciências sociais em geral, eram de tipo ensaístico, com pouca ou nenhuma utilização de fontes primárias de informação e escassos referenciais teóricos. Os cursos universitários concentravam-se no período colonial e, quando analisavam o período republicano, não iam além da Revolução de 30. Os estudos de história contemporânea eram extremamente raros. A pesquisa sobre a sociedade brasileira e sua história, com poucas exceções, não se fazia dentro da universidade. Esse fato se ligava à própria estrutura universitária brasileira, que entre as décadas de 1930 e 1960 comportou as faculdades de filosofia, voltadas muito mais para a formação de professores para o ensino médio do que de historiadores, cientistas sociais ou professores universitários.

Esse panorama começou a se alterar nos anos 60 devido a vários fatores. Em primeiro lugar, deve-se lembrar o fato de que os Estados Unidos passaram a formar um número elevado de especialistas em Brasil. A política externa independente aqui formulada nos primeiros anos da década de 1960, aliada a um movimento nacionalista de forte oposição ao investimento de capitais norte-americanos no país, levou os Estados Unidos a temerem que o Brasil pudesse surpreender com uma ruptura de tipo cubano. Isso determinou que as universidades e as agências de informação e de financiamento americanas passassem a investir na

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 3-6.

formação de historiadores, sociólogos e cientistas políticos especializados em temas brasileiros contemporâneos.

Essa política começou a dar resultados nos anos 70, quando a produção dos especialistas norte-americanos em assuntos brasileiros foi divulgada através de numerosas teses e livros, tornando conhecidos os chamados "brasilianistas", na sua grande maioria historiadores. Mas a reação da comunidade intelectual brasileira foi negativa em relação a uma maior participação dos "brasilianistas" na elaboração da história do Brasil, e sua produção acadêmica foi objeto de muitos debates e críticas.[1] Por outro lado, concomitantemente à atividade dos "brasilianistas", o governo federal decidiu investir mais recursos na política científica, criando agências destinadas ao financiamento da pesquisa, como a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Esse investimento, pela primeira vez, favoreceu a área de ciências humanas, que recebeu importante apoio. Instituições estrangeiras como a Fundação Ford também contribuíram de maneira expressiva com financiamentos para a área de ciências sociais.

Um outro fator que levou a mudanças no quadro acadêmico brasileiro foi a introdução dos cursos de pós-graduação nas universidades a partir dos anos 70. A exigência de teses de mestrado e doutorado para os que quisessem seguir carreira nas diferentes áreas das ciências sociais abriu caminho para a difusão de métodos de pesquisa mais modernos e para a utilização mais intensa de fontes primárias, inclusive aquelas contidas em arquivos privados. Também na década de 1970 foram implantados os primeiros cursos de arquivologia nas universidades, um indicador da importância que começava a ser atribuída à organização e à preservação da documentação.[2]

Foi nesse contexto que começaram a surgir no país centros de documentação e pesquisa histórica. O CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, foi um dos primeiros a serem criados, em 25 de junho de 1973. Sua proposta inicial de trabalho era unir documentação e pesquisa. O Centro incluía entre seus objetivos recolher e organizar arquivos privados de homens públicos, a fim de colocá-los em condições de serem utilizados para o desenvolvimento da pesquisa e dos estudos históricos contemporâneos.

Nesses vinte anos o CPDOC buscou e continua buscando um caminho para desenvolver suas atividades. Concentrou seu interesse em alguns temas, como a trajetória da classe política brasileira, tomando como marcos históricos a Revolução de 1930 e o regime militar instituído em 1964. Desenvolveu vários projetos de pesquisa, como o do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro; 1930-1983*, que teve início em 1974 e sistematizou dados e informações até então dispersos em fontes primárias e secundárias. Publicado em 1984, o *Dicionário* tornou-se uma obra de referência básica para o estudo do período pós-30.

A partir da própria experiência do *Dicionário*, constatou-se a necessidade de entrevistar personalidades que atuaram no período estudado e que, através de um depoimento oral, poderiam fornecer dados sobre a nossa história. Surgiu assim o Programa de História Oral, em 1976.

Novos projetos de pesquisa foram se estruturando em torno da história política brasileira do pós-30, com ênfase em temas como a construção do Estado nacional, o pensamento social, as relações internacionais e a trajetória de atores políticos relevantes.

Ao se constituir como um centro de documentação voltado para a pesquisa

histórica, o CPDOC teve que buscar um caminho novo para organizar e estruturar essas atividades. Foi buscar na França os subsídios técnicos necessários em termos de arquivamento e organização de arquivos privados pessoais, e nos Estados Unidos o modelo para o formato institucional, baseado no das bibliotecas presidenciais.[3]

A equipe do CPDOC foi constituída em sua grande maioria por jovens que acabavam de terminar seus cursos universitários de história ou ciências sociais. Eram candidatos a pesquisadores e foram incentivados a fazer seus cursos de pós-graduação, inicialmente em sociologia, ciência política ou antropologia. Visava-se assim a criar um núcleo de pesquisadores de história com uma formação multidisciplinar.

É preciso reconhecer que essa política trouxe problemas de identidade profissional para os nossos pesquisadores. Houve quase que uma recusa em ser "apenas" historiador, e uma dificuldade no enquadramento do CPDOC como uma instituição dedicada a pesquisas históricas. Isso é explicável na medida em que a área de história foi uma das últimas a estruturar e expandir seus programas de pós-graduação, enquanto a antropologia, a ciência política e a sociologia o fizeram no final dos anos 60 e início dos 70.

Assim, durante algum tempo, para os pesquisadores do CPDOC, ser historiador, fazer história, e principalmente história política, era candidatar-se a uma posição secundária na área acadêmica, já que nos anos 70/80 eram outros os especialistas que dominavam o campo das ciências sociais. Se esta era a visão de dentro, os de fora, os historiadores que atuavam nas universidades e nas associações profissionais, viam com muita desconfiança aqueles cientistas sociais que queriam fazer história.

Também os pesquisadores que lidavam com documentação tiveram que enfrentar críticas, nesse caso dos arquivistas e dos documentalistas, pois, para trabalhar com os arquivos privados do CPDOC, exigia-se formação universitária em cursos de história ou ciências sociais, mesmo daqueles também formados em biblioteconomia. Se essa exigência de um lado permitiu um trabalho inovador no trato dos arquivos privados, de outro foi vista como uma rejeição dos profissionais de arquivos, e por isso criticada.

Outras questões tiveram que ser enfrentadas, como a de trabalhar com arquivos privados da elite política brasileira e estudar o papel dessas elites em um período em que as análises sobre a formação e o comportamento da classe operária e dos trabalhadores rurais recebiam a atenção de uma significativa parcela dos cientistas sociais. Tivemos que enfrentar o debate entre linhas de pesquisa que eram vistas como excludentes: trabalhávamos com os "vencedores" da história, enquanto para setores importantes da área acadêmica o fundamental era examinar a situação e o papel dos "vencidos".

Outras dificuldades próprias da história política, tão bem analisadas pelo professor René Rémond em seu livro *Pour une histoire politique*,[4] foram discutidas no CPDOC até a exaustão, como por exemplo a análise do papel do indivíduo na história em oposição ao estudo do coletivo e das estruturas sociais. Essa discussão, por razões evidentes, colocava-se principalmente em relação ao Programa de História Oral e ao projeto do *Dicionário histórico-biográfico*.

Já na segunda metade dos anos 80 essa situação começou a se alterar. A disciplina da história foi adquirindo no Brasil novos contornos, e os programas

de pós-graduação começaram a lançar no mercado profissionais preparados não só para o ensino, mas também para a pesquisa. A abertura de centros à semelhança do CPDOC ampliou a comunicação entre os pesquisadores, possibilitando um maior controle da produção historiográfica e um exame mais acurado dos temas e da metodologia de pesquisa.

Na verdade, todos os questionamentos internos e externos significaram um desafio que nos levou a buscar maior aproximação com o campo da história e com a comunidade dos historiadores, levando-lhes a contribuição das outras ciências sociais. Os jovens pesquisadores do CPDOC, não mais tão jovens, foram se tornando mais maduros intelectualmente e, com a colaboração e a crítica de outros pesquisadores e instituições, do país e do exterior, formaram uma equipe altamente qualificada, com uma visão interdisciplinar da história.

A criação da revista *Estudos Históricos*, em 1988, foi um canal importante de integração entre as áreas da história e das ciências sociais. Sua intenção foi reunir profissionais interessados na análise do Brasil sob uma perspectiva histórica, mantendo-se porém como uma publicação aberta, sem o traçado rígido das fronteiras acadêmicas.

Com todas essas questões presentes, decidimos que mais do que um momento de festa, o aniversário do CPDOC poderia se constituir em um momento privilegiado de discussão sobre o atual estado da pesquisa e da documentação histórica em geral, suas teorias, seus novos objetos de estudo, seus métodos e técnicas. Para tanto, programamos um ciclo de conferências e para ele convidamos historiadores e especialistas internacionais dos campos da história e da documentação.

Para que a contribuição desses estudiosos possa alcançar aqueles que não puderam estar conosco no auditório da Fundação Getulio Vargas em setembro de 1993, *Estudos Históricos* reproduz hoje suas palavras.

Alzira Alves de Abreu
Diretora do CPDOC
janeiro de 1994

Notas

1. Ver Fernanda Peixoto Massi, "Brasilianismo, *brazilianists* e discursos brasileiros", *Estudos Históricos*, vol. 3, nº 5, 1990, p. 29-44; Regina da Luz Moreira, "Brasilianistas, historiografia e centros de documentação", ibidem, p. 66-74.

2. Ver Celia Costa et al., "Uma estratégia de definição de linha de acervo", Rio de Janeiro, CPDOC, 1986 (mimeo).

3. Celia Costa et al., op. cit.

4. René Rémond (org.), *Pour une histoire politique*, Paris, Seuil, 1988.